

Utopia e distopia no episódio “Odiados pela nação” de Black Mirror

JOSÉ ANDRÉ RIBEIRO*

Resumo: O propósito deste trabalho é fazer uma análise do último episódio da terceira temporada de Black Mirror, intitulado “Odiados pela nação”. Procura-se situar o episódio como uma reflexão sobre os sentidos da internet, sobretudo a respeito das redes sociais. Isso é motivo para se contrapor um conjunto de reflexões filosóficas que oscilam entre a utopia e a distopia. Nesse sentido, utiliza-se a analogia das redes com o enxame de abelhas como instrumento metafórico de análise; o que, de fato, conduz à conclusão de que uma interpretação distópica das redes sociais é mais atual do que qualquer descrição utopista.

Palavras-chave: Utopia; Distopia; Black Mirror.

Utopia and dystopia in the episode “Hated in the nation” of Black Mirror

Abstract: The aim of this work is to analyze the last episode of the third season of Black Mirror, entitled “Hated in the nation”. We try to situate the episode as a reflection on the meanings of the internet, especially regarding social networks. This is reason to oppose a set of philosophical reflections that oscillate between utopia and dystopia. In view of this, we use the analogy of networks with the swarm of bees as a metaphorical analysis tool; which, in fact, leads to the conclusion that a dystopian interpretation of social networks is more current than any utopian description.

Key words: Utopia; Dystopia; Black Mirror.



* JOSÉ ANDRÉ RIBEIRO é Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará; professor de Filosofia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, no Campus de Porto Seguro.

1. A internet da utopia à distopia

Poderíamos até considerar que Pierre Lévy (2010, p. 231) cometeu apenas um erro de diagnóstico ao defender que o “ciberespaço” não estaria se tornando prioritariamente um mercado de consumo de reprodução em larga escala. Se olharmos mais detidamente as posições do autor de *Cibercultura*, o sentido apaixonado das afirmações deixa claro que não se trata de um simples erro de diagnóstico. Acreditar que a internet, da mesma forma que toda cultura atrelada a ela, serve como suporte para o desenvolvimento e consolidação de uma “inteligência coletiva” (2010, p. 213), é uma aposta bem grandiosa, na medida em que retira como consequência disso a possibilidade de realização plena dos ideais iluministas de aperfeiçoamento e emancipação humanas por meio da ciência e da tecnologia (LÉVY, 2010, p. 215). Além disso, se observarmos o ímpeto de Lévy de se afastar tanto do “utopismo tecnológico”, quanto das teorias mercantilistas da tecnologia, vemos que ao tentar se desvencilhar delas acaba por cair em uma simples repetição das mesmas, de um jeito sutil, mas evidente.

Na última parte do livro *Cibercultura*, em um trecho cujo subtítulo é *Dialética da utopia e dos negócios*, Lévy tenta mostrar que a suposta “estrutura descentralizada” da internet, concebida literalmente como uma rede de cooperação espontânea entre os indivíduos, retoma um ideal “anarquista” subjacente às ideias dos pioneiros da criação da rede (2010, p. 232). Em vista disso, diz ele (2010, p. 232), nenhum Estado ou grande empresa teria condições de se apoderar da cultura produzida pela internet. Porém, pouco

adiante (2010, p. 233) ele admite que esse ideal lançado pelos pioneiros só foi possível sair do terreno utópico e adentrar à “realidade” pela intervenção pragmática dos empreendedores da “cibereconomia”. É nesse ponto que ele incorre na sua maior contradição:

Os negócios solidificaram e tornaram irreversível aquilo que a utopia em ato havia começado a construir. Acrescentemos que vários empreendedores inovadores da cibereconomia são *também* visionários da rede. Nos grandes encontros mundiais da tecnologia e dos mercados do virtual, os cabelos eriçados dos ciberpunks e as roupas excêntricas dos designers tresloucados se misturam alegremente aos cortes estritos e aos ternos e gravatas dos homens de negócios, uns parecendo por vezes ser os outros (2010, p. 233).

Se olharmos no detalhe, o problema aqui não é só uma visão romantizada da relação “alegre” entre “excêntricos” e “engravatados”. O que, de fato, importa reconhecer aqui é o paradoxo entre admitir que os homens de negócio irão realizar as “visões” dos utopistas e, ao mesmo tempo, acreditar que nenhuma empresa (e por que não o Estado?) poderia exercer um poderio monopolizante sobre a rede. O teor dessas afirmações como, por exemplo, de uma “dialética bem ajustada da utopia e dos negócios” beira à inocência. Além disso, para mim parece inconciliável vislumbrar homens de negócios colocando em prática ideais anarquistas, ainda mais no sentido mais político que essa palavra possa ter¹. Fica evidente que o suposto “anarquismo” de Lévy é somente uma fachada para encobrir o sentido real de afirmações

¹ Cf. Chomsky (2011, p. 17-33) para uma excelente definição de anarquismo e suas interconexões com as ideias socialistas e liberais, assim como para sua quase completa

incongruência com uma defesa da economia capitalista de mercado monopolista de grandes corporações.

como essa: “Felizmente o capitalismo não é completamente incompatível com a democracia, nem a inteligência coletiva com o supermercado planetário” (2010, p. 233).

O que precisamos apontar no erro de Lévy é o fato de tentar ver na solução tecnológica um avanço mais humanístico para o capitalismo, que, nesse caso, seria compatível com a democracia. É nesse sentido que ele se encontra preso ao “utopismo” que diz recusar. Uma das analogias aludidas, por ele (LÉVY, 2010, p 215, n. 2), é a feita por Kevin Kelly no livro *Out of control* de que a internet, como fenômeno da inteligência coletiva, seria semelhante ao do comportamento dos “insetos sociais”². Como se sabe, o livro de Kelly (1994, p. 21-27) lança mão como principal analogia para as redes a do modelo do “enxame” de abelhas, na medida em que busca definir o comportamento na internet como uma “cascata confusa de eventos interdependentes”. Isso para tentar estabelecer que na rede não há uma “cadeia de comando”, como se cada ação particular fosse difusa no todo: “O que emerge do coletivo não é uma série de ações individuais críticas, mas uma infinidade de ações simultâneas cujo padrão coletivo é muito mais importante. Esse é o modelo do enxame” (KELLY, 1994, p. 21). O que se observa, nesse aspecto, é o caráter eminentemente utópico desse livro, que se torna evidente desde seu título.

² Cf. Rodgers (2008) para um histórico de como os conhecimentos da entomologia foram profícuos na utilização de analogias e esquemas para descrição das estruturas organizacionais e hierárquicas das sociedades humanas, sobretudo os novos modelos que combinam metáforas biológicas, estruturas sociais humanas e sistemas de computador.

³ Aproveito aqui para elucidar, por meio de um excelente resumo feito por Loveluck, de como essas ideias se interconectam (2018, p. 111): “A sociedade da informação se inscreve, em primeiro

Contudo, alerta-nos Loveluck (2018, p. 147-148), o livro de Kelly se insere em um movimento autodenominado *digerati* – uma espécie de termo para denominar os empreendedores da tecnologia como “*literati* da era ditigal” (2018, p. 143) – cujo preceito era lançar as bases de uma concepção da economia política pautada na “lógica das redes”. Trata-se, desde o início, de uma utopia afeita ao comercial e voltada para o mercado. O que nos evidencia como a “anarquismo” anti-estatizante aqui parece se limitar em querer avançar para uma economia cada vez mais livre do papel determinante do Estado como controlador mercantil. O que casa muito bem com certa ideologia neoliberal³.

O que importa para meu argumento a seguir é notar como essas ideias se organizam a partir da imagem de que o fluxo econômico se encontra sutilmente atrelado a de um bem comum, isto é, seguindo a analogia, é como se a ação de cada abelha individual conduzisse à formação de uma colmeia harmoniosa. Então, é como se em cada passo da liberdade individual estivesse o eixo principal do desenvolvimento econômico, que culminaria na realização plena de uma sociedade mais democrática e livre. Entretanto, o que não está expresso, seja na imagem, seja na analogia, é como essa suposta liberdade individual pode realizar isso tudo, estando quase que completamente centrada nas suas próprias condições de produção e consumo. O que podemos dizer a esse respeito é que a ideia

lugar, em uma evolução que pode ser qualificada, no sentido amplo, como ‘liberal’: trata-se de se livrar de uma centralização política apresentada como opressiva para o indivíduo (...) em particular, contra a centralização estatal, o intervencionismo dos poderes públicos e as normas administrativas, essa enunciação do liberalismo dá testemunho de uma vontade de fazer circular a informação, baseada na ideia de que a comunicação, além de ser a melhor garantia da liberdade individual, é fonte de desenvolvimento econômico.”

subjacente de que a emancipação e liberdade do indivíduo são oriundas da produção e do consumo da informação é, simplesmente, utópica; assim como conceber as relações humanas a partir do modelo do enxame. Na verdade, o modelo do enxame não passa de uma metáfora utópica, que, na medida em que nos confrontamos com o comportamento humano e seus conflitos, é impossível não perceber os limites da metáfora.

Nesse ponto, podemos perceber um confronto entre o utópico e o distópico. Em certa medida, trata-se do embate entre aquilo que se diz que a coisa “vai ser” e aquilo que, de certo modo, a coisa “já é”, mesmo que ainda de forma latente. Em um olhar mais apurado, podemos ver que diante da utopia da liberdade individual irrestrita através da comunicação está estampada a colmeia como uma “cadeia de comando”. Pegando como exemplo o principal *locus* da comunicação e da informação atuais, as redes sociais, podemos perceber que, ao contrário do que diz na utopia, as ações individuais podem estar sendo guiadas, por incentivo de algoritmos e marketing personalizados⁴. De um modo geral, as redes sociais e seu uso na atualidade nos mostram que o virtual passa a definir o que

é real pela produção de ações individuais simuladas⁵.

2. A distopia no episódio “Odiados pela nação” de Black Mirror

Com a iniciativa de mostrar alguns elementos desse caráter distópico e de como ele contraria essa visão utopista da internet, irei utilizar uma narrativa cinematográfica, da série original da Netflix, Black Mirror. Mais especificamente o último episódio, da terceira temporada, intitulado “Odiados pela nação”. Nesse episódio, pode-se ver a metáfora do enxame aparecendo em sua configuração distópica, em detrimento de qualquer caráter utópico da tecnologia. Trata-se da referência ao uso de abelhas-drones para resolver um problema ambiental eminente, que é o desaparecimento de determinados insetos por causa do uso massivo de pesticidas⁶.

O enredo tem um caráter típico de *thriller* de assassinatos, no estilo investigativo, típico do modelo cinematográfico de *serial killer*. Encontramos na narrativa a encenação de assassinatos que aos poucos vão dando o sentido da trama, na medida em que duas detetives, protagonistas da narrativa, avançam na investigação e vão conferindo aos eventos o seu significado.

⁴ Como se sabe, as ações individuais podem ser simuladas por robôs e perfis falsos nas redes sociais. O uso dessas ferramentas tem como objetivo final influenciar e dirigir as ações individuais, seja para que se vote em um candidato específico ou para que se compre produtos, ideias ou sonhos.

⁵ Cf. o livro do cientista da computação Jaron Lanier (2018), cujo título já em si provocativo *Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais*. Lanier (2018) constrói um conjunto de argumentos para mostrar como as grandes corporações e monopólios da internet estão utilizando nossos dados disponibilizados pelas redes sociais para nos manipular e criar uma indústria bilionária. Chamo uma atenção especial para o primeiro capítulo intitulado *Você está perdendo seu livre-arbítrio*, no qual Lanier (2018, p. 15-33) demonstra como as teorias behavioristas

da psicologia são utilizadas na arquitetura dos algoritmos das redes sociais para conseguir manipular as emoções dos usuários (ou produtos), de modo que eles fiquem completamente viciados no uso das redes sociais.

⁶ Cf. o primeiro capítulo *Uma fábula para o amanhã* do livro *Primavera silenciosa* de Rachel Carson (2010, p. 20-21), no qual a autora nos chama atenção, de forma distópica e poética, para o possível desaparecimento das espécies de insetos polinizadores, por causa do uso exacerbado de pesticidas: “As macieiras estavam florescendo, mas não havia abelhas zumbindo ao redor das flores, portanto não havia polinização, e não haveria frutos” (CARSON, 2010, p. 21). Nesse aspecto, dada a atualidade do tema, é interessante notar que o ano da primeira publicação do livro de Carson é de 1962!

As personagens, ao estilo investigativo de Holmes e Watson, são a detetive Karin Parke e a sua assistente e estagiária, Blue Colson, especialista em análise forense digital.

2.1. Primeiro assassinato: o ódio da internet na porta de casa

O primeiro assassinato é o de uma colunista, denominada Jo Powers, datado no dia 15/05⁷. No contexto, a personagem está sendo vítima de ataques vexatórios nas redes sociais por ter publicado um artigo de opinião polêmico sobre um cadeirante⁸. A trama desse primeiro assassinato gira em torno de um bolo, que chega à porta da casa da personagem por meio de um serviço de *delivery*. Na cobertura dele está inscrito um ataque: *fucking bitch*⁹. É possível interpretar o bolo como uma continuação dos ataques de ódio na internet; porém, indicando-nos que esses extrapolaram os limites das redes sociais. Na cena, a personagem ri e finge não se importar com o fato, apresentando-se tranquila ao marido. Em seguida, vemos o contexto em que a jornalista é assassinada. Primeiro suspeito, o marido. A detetive e sua assistente seguem essa como a principal interpretação do caso.

A personagem detetive Parke não leva em consideração, inicialmente, a iniciativa de

sua assistente Colson de interpretar o assassinato por meio de buscas a comentários na internet. A primeira quer priorizar a linha investigativa de violência doméstica, ao seu olhar real e virtual não se confluem¹⁰. A investigação, todavia, toma outro sentido a partir da descrição do marido da cena da morte: a colunista cortou o próprio pescoço, com o vidro de uma garrafa de vinho quebrada. Isso confere um ar horripilante ao suposto surto da vítima, o que não condiz com a linha investigativa de suicídio, ainda mais acompanhado de tal requinte de automutilação. Diante disso, as detetives induzem a outra perspectiva: um surto provocado por envenenamento no bolo.

As investigadoras, então, vão atrás de quem encomendou o bolo. Nesse momento, vemos algo extravagante: quem encomendou o bolo foi uma tutora de escola infantil, através de um financiamento por *crowd-funding*¹¹ em um fórum de mães e responsáveis. Ou seja, são pessoas comuns que fizeram o ataque de ódio sair da internet e ir até a casa da colunista. É interessante notar, ainda, como a mulher que encomendou o bolo tenta justificar a morte da colunista pelo que ela teria escrito sobre o cadeirante. Isso lança mão, sutilmente, sobre a reflexão de como as redes sociais e os ataques de ódio na internet são

⁷ O ano dos eventos não é indicado com a clara intenção de indeterminar o elo temporal entre passado, presente e futuro. Na verdade, o caráter distópico, de eventual narrativa futurista, dissolve-se nas características exacerbadas do presente, nas quais o telespectador é confrontado.

⁸ É interessante notar que um dos ataques de ódio à jornalista é uma petição online, assinada por mais de 200 mil pessoas, pedindo a sua demissão por causa do artigo.

⁹ Em tradução livre “puta fodida”.

¹⁰ Há uma cena que é interessante observar: um embate entre a detetive e sua assistente, diante de uma consideração da última sobre dispositivos digitais (smartphones, tablets, etc.) “Essas coisas absorvem quem nós somos. Sabem tudo sobre nós”. A detetive Parke faz um olhar de reprovação

diante da consideração de Colson. Isso mostra certo conflito de gerações entre as personagens, pois encena duas diferentes formas de encarar o futuro tecnológico: 1. a detetive não reconhece o ódio na internet como real, é como se a realidade virtual e suas consequências estivessem restritas ao próprio virtual, não percebendo como o ódio extrapolou as redes e chegou até a porta da casa da jornalista por meio do bolo; 2. a assistente percebe que virtual e real se interconectam como zonas de influência recíproca, tanto que para ela é possível encontrar elementos investigativos e significativos na internet para interpretar o caso.

¹¹ Esse é um tipo de atividade coletiva para aquisição e coleta de capital, principalmente a partir de campanhas em redes sociais, podendo ter as mais variadas finalidades.

semelhantes a um linchamento, que nada mais é do que uma representação do descompasso entre erro e punição. Ou será que poderíamos justificar o assassinato de uma pessoa por ela ter escrito um artigo ruim ou críticas estúpidas sobre outra pessoa? Isso nos remete aos exageros dos julgamentos difundidos pela internet e de como a punição pela via de ataques vexatórios pode fugir a qualquer modo de razoabilidade. A mulher se defende para as investigadoras: “Usei minha liberdade de expressão”. A assistente, então, questiona se ela não teria desejado a morte da colunista, por uma postagem na rede social com a *tag* #mortea; a mulher suaviza o uso da *tag* como um simples jogo: “Você escreve #MorteA e coloca o nome de quem foi idiota. Não é de verdade. É brincadeira”. A autópsia de Powers é que descarta essa linha interpretativa de violência doméstica. Nesse momento, o legista apresenta como causa da morte uma abelha-drone, uma IDA (Inseto Drone Autônomo), registrada em um projeto denominado Projeto Granular. Daqui em diante, a narrativa passa a ter esse projeto como elemento principal de sua trama¹².

2.2. As abelhas-drones e os próximos assassinatos

As próximas cenas são guiadas para explicitar os sentidos ecológico e governamental do projeto¹³. As características dele são apresentadas pelo personagem Rasmus Sjoberg, diretor do projeto. Na explicação do sentido, ele mostra que o objetivo é conter o que se denomina como “distúrbio de colapso da

colônia”, que significa a quase extinção completa das abelhas naturais. Isso é o que levou a ciência, diz o diretor, a apostar na criação de abelhas-drones, movidas por energia solar, através de um sensor visual básico, com reconhecimento rudimentar de padrões, que permite reconhecer a flora compatível e promover uma navegação segura. As abelhas-drones não precisam de néctar, mas polinizam da mesma forma (entram na flor, o pólen é agarrado nas patas e, em seguida, é depositado na próxima flor em que entram). As abelhas navegam por meio de uma autonomia alcançada por IA. O comportamento das abelhas é pré-programado, construindo colmeias de forma autônoma, a partir de pontos de duplicação, semelhantes a uma impressora 3D. Cada colmeia tem cerca de 4 mil drones, monitorados por um sistema central, semelhante ao controle de tráfego aéreo e possuindo um motor de busca. Nesse sentido, aponta o personagem, haveria uma impossibilidade logística de comandar cada abelha drone individualmente, já que existem milhares delas em todo o Reino Unido.

O diretor acredita plenamente na segurança do projeto e na inviabilidade de seu uso para espionagem, como aludido por certas teorias conspiratórias a respeito do uso estatal para espionar cidadãos. A confiança dele é que seguindo os protocolos militares de criptografia seja improvável *hackear* uma abelha-drone e desviá-la da finalidade para a qual foi desenvolvida. A única possibilidade, admite ele, seria se alguém pudesse

¹² Há algo intrigante na cena em que o legista mostra o drone: os ferimentos por ele na vítima atingiram certo ponto no cérebro, uma espécie de lugar em que se pode atingir no corpo humano uma dor insuportável. Trata-se da ínsula dorsal posterior, o centro cerebral da dor. Percebe-se, nesse caso, que não se trata somente de uma morte acidental, tem muito mais sentido de ser uma ação planejada mediante o objetivo de causar uma dor

insuportável, praticamente uma punição por suplicio.

¹³ Uma linha de observação interessante é de como um grande projeto governamental, quase sempre, vem acompanhado de teorias conspiratórias. Fica evidente na conversa das investigadoras no episódio que os internautas acreditam que as abelhas-drones são utilizadas pelo Estado para espionar os indivíduos.

assumir um controlador de diagnóstico, do próprio sistema

É nesse contexto que vemos o segundo assassinato, de um rapper, denominado Tusk, que aparece no início do episódio destratando um garoto, em um programa de TV. Na cena do início, mostra-se que o garoto produziu e publicou nas redes sociais um vídeo imitando o rapper. Ao ser uma espécie de avaliador da própria imitação, o rapper lança uma crítica voraz à imitação, afirmando que o garoto não sabe dançar: “Não me odeiem por falar a verdade”. Em vista disso, ele se torna alvo de campanha de ódio na internet, seguindo o mesmo padrão da morte da colunista.

Em seguida, aparece como personagem um investigador do departamento de crimes da NCA, de nome Shaun Li, que vem trazer o caso do rapper para a detetive Parke. Nesse momento é que se identifica que a lógica dos assassinatos tem concomitância com uma *hashtag*, como consequência de uma campanha de ódio *online*. Consolida-se nas cenas a percepção dos personagens de que os dois assassinatos seguem o mesmo padrão. O contexto inicia-se por meio de uma controvérsia *online*, tendo em ambos casos o padrão de um *tweet* com a tag #MorteA, acompanhada com a foto da pessoa. Os tweets sobre a colunista e o rapper tem origens idênticas, são feitos por contas *bots* duplicadas. No perfil das contas falsas aparece a imagem de uma abelha e vídeos com instruções. O que se lança nos vídeos é algo que se assemelha a uma brincadeira, denominada como o “jogo das consequências”: alguém escolhe o nome de quem não gosta, se muitos escolherem a mesma pessoa, a pessoa vira alvo. O jogo possui uma ordenação: 1. escolha o alvo; 2. posta o nome com a foto e a tag #MorteA; 3. o alvo mais popular será eliminado até as 17h de cada dia e 4. o jogo recomeça à meia-noite. Um simples “jogo”, porém a

“consequência” é uma pena severa, a morte. Diante disso, a detetive percebe que o jogo tem a estrutura de um inquérito público, seguido de uma condenação à pessoa escolhida. É um modo de assassinato que evita deixar rastros, quase que uma fusão entre o desejo da morte e o próprio assassinato.

Nesse contexto, é que surge a terceira vítima, uma jovem chamada Clara Meades. Ela fez uma brincadeira com uma selfie fingindo fazer xixi em um monumento em homenagem aos mortos da guerra. A morte da jovem traz uma das cenas mais assustadoras do caráter implacável das abelhas-drones na perseguição de um objetivo. O assassinato é encenado com uma abelha-drone entrando pelo nariz da vítima. Percebe-se que as abelhas conseguiram encontrar e matar somente a vítima, mesmo essa estando ao lado das investigadoras. Nesse aspecto, fica claro que as abelhas drones possuem câmeras com o recurso de reconhecimento facial.

Isso nos lança diante de uma temática extremamente atual e que circunda nossa relação atual com as tecnologias da informação, a possibilidade do uso de ferramentas tecnológicas para promover uma vigilância total. Uma coisa que se observa é que, por mais que os sistemas sejam feitos por projetos científicos ou financiados por grandes empresas e corporações, a vigilância, em geral, cai nas mãos de governos. Os interesses estatais em vigilância em massa são muito pouco claros, quase sempre alegando autodefesa ou problemas de segurança nacional, mas usam a vigilância em proporções muito maiores. Além disso, percebe-se que por mais que haja a mão de governos, os sistemas também podem ser hackeados por pessoas ou grupos, cujos interesses são, na maior parte dos casos,

menos visíveis e podem gerar consequências incalculáveis¹⁴.

É nesse contexto que os investigadores, enfim, chegam a um personagem que traz o elo com o criminoso, que hackeou o sistema das IDAs, o nome dela é Tess Wallender, amiga do terrorista. Ela é uma típica vítima de campanha vexatória na internet, cujas mensagens de ódio, de forma incontrolável, levaram-na a uma tentativa de suicídio. Os ataques de ódio, diz ela, vieram de causas praticamente invisíveis: “É como uma doença mental”. Ela nos faz vislumbrar como o ódio vexatório coletivo pode ser divertido, para quem o pratica, porém pode ser totalmente devastador para quem é vítima¹⁵. Como se vê, a vítima de campanha de ódio na internet não tem qualquer medida de defesa ou de autoproteção, transformando-se em um alvo muito frágil. Nesse momento da narrativa, é que se apresenta o personagem Garrett Scholes¹⁶, o terrorista que estaria por trás dos assassinatos.

Em seguida, a narrativa começa a consolidar uma estrutura de vingança do

indivíduo para com os comportamentos exagerados do coletivo, qualificando o “terrorista” como uma espécie de justiceiro. Ele deixa, na memória da IDA que estava na primeira vítima, um manifesto de 98 páginas, intitulado “A mordida das consequências” (*The teeth of consequence*). A detetive Paker lê um trecho do manifesto pontualmente elucidativo sobre o caráter de vingança do terrorista: “Graças à revolução tecnológica, temos o poder de nos revoltarmos, e de acusarmos, jorrando ódio sem consequências. Só sendo forçados a reconhecer o poder que a tecnologia nos dá a reconhecermos a responsabilidade...”¹⁷.

O desfecho da narrativa nos mostra qual é, de fato, o risco disso, sobretudo pelas mensagens morais, que aliadas às tecnologias de controle em massa, podem extrapolar o nível da reflexão ética e adentrar de forma expressiva no campo da política de Estado. O episódio, como um todo, expõe como um sistema criado, supostamente, para resolver um problema ecológico, mas que no fundo esconde a iniciativa estatal de vigilância em massa,

¹⁴ É digno de nota que no quarto dia da narrativa do episódio, o caso ganha expressiva repercussão midiática e o principal alvo do “jogo” se torna o chanceler, chamado Tom Pickering. Desesperado e sem saber como se proteger, o chanceler propõe cancelar toda a internet e derrubar todos os sistemas online. O agente da NCA, Shaun Li, propõe proteger e esconder o chanceler sem necessidade de derrubar toda internet e mídias sociais, já que isso causaria muito mais transtornos do que uma eficiente defesa do chanceler. Como se vê, nesse ponto da narrativa, torna-se claro como a imbricação entre virtual e real é decisiva. Em primeiro lugar, a iniciativa de proteger a vida de alguém recorrendo a uma derrubada da internet, mostra como a rede ocupou um papel determinante em nossa própria relação com a vida. Em segundo lugar, percebemos como a vida de um indivíduo, do alto escalão político, não é suficiente para justificar a queda da internet que poderia trazer transtornos muito maiores e colocar a vida de inúmeras pessoas em risco.

¹⁵ A ação da personagem foi muito simples, ela tirou foto de um homem no metrô, acusando-o de assédio, contudo ele sofria de algum tipo de deficiência cognitiva. Isso teria levado à campanha de ódio contra ela: “foi como se um furacão tivesse se voltado contra mim”.

¹⁶ É interessante notar a relação afetiva entre os dois personagens, já teria sido ele quem encontrou Tess risco., no momento da tentativa de suicídio.

¹⁷ É digno de nota o ar de seriedade apresentado pelo “terrorista”, que traz uma reflexão ética relevante sobre nossa relação com o uso da tecnologia sem pensar na “responsabilidade”, por meio de um descaso com as “consequências” de nossas ações. Na foto dele no manifesto está escrito “Isto não é uma performance”, em nítida referência ao quadro “Isto não é um cachimbo” de René Magritte, que faz parte de uma série de quadros intitulados “A traição das imagens” (1928-1929). A abordagem, por parte do terrorista, busca uma analogia exagerada entre os usuários da internet e os insetos, o que simplifica os conflitos sociais em seu caráter de crueldade.

pode se tornar uma ferramenta de chacina em massa nas mãos de qualquer pessoa com um poder de hackear um sistema. O terrorista conectou os códigos IMEI, que estão ligados aos aparelhos de todos usuários que participaram dos dias de campanhas de ódio na internet. Ao todo 387 mil pessoas fazem parte de uma lista dos que usaram a hashtag do “jogo”. O que se observa é que o verdadeiro alvo do “terrorista” não era as pessoas assassinadas. Essas funcionaram apenas como iscas. O alvo era o ódio coletivo, isto é, os jogadores que exerciam o seu ódio através das redes sociais¹⁸. O episódio acaba com uma perseguição inconclusa da assistente atrás do criminoso. Isso nos dá indícios da continuidade do problema, de um caso ainda por encerrar. De certo modo, nenhuma das mortes, sejam os assassinatos, seja as vítimas do suposto “ataque terrorista” são simples falhas do sistema. Entende-se, sutilmente, que isso faz parte do próprio sistema. O embate entre “terrorista” e “espião” é a estrutura do próprio sistema, porém de forma não totalmente transparente, pois ambos vivem no anonimato¹⁹. Perseguidor e perseguido encontram-se escondidos atrás de camadas e máscaras, o que confere ao sistema e à internet um caráter de conflito constante. Nas redes se encontra uma confluência constante entre transparência e obscuridade. Os usuários se expõem de forma transparente. Os controladores das redes estão obscuros por trás das camadas e das interfaces.

3. Já vivemos uma distopia?

¹⁸ Pode-se salientar ainda como o comando de desativar, era o que, de fato, ativava a ferramenta final do “jogo das consequências”, mostrando de forma simbólica como o ímpeto de uma ação irrefletida do personagem Shaun Li é que ativa o assassinato das 387 mil pessoas. Shaun Li, em um primeiro momento, acreditava, na verdade, que estava desativando a ferramenta. É simbólico o fato de que no “jogo das consequências” os papéis

As redes sociais trouxeram para o espectador o espetáculo da transparência. A narrativa distópica, que vimos, evidencia-nos que essa transparência absoluta tem um ar de terror. Quando se penetra a fundo no foro íntimo dos indivíduos pode ser extremamente assustador o que se encontra. Saber a opinião sincera de todos pode ser um fardo muito pesado para se carregar. Isso nos remete à clássica obra sobre a temática da transparência nas mídias que é o livro *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia* de John B. Thompson (1998).

Uma das principais teses do autor nesse livro é a de que as mídias sociais trouxeram para os indivíduos, especialmente os de grande visibilidade, como políticos e celebridades, a necessidade constante de uma “administração da visibilidade”, na medida em que com essas vieram junto uma capacidade cada vez maior de exposição, levando essas personalidades a um campo de novos riscos (THOMPSON, 1998, p. 126). O principal risco é o de se perder o controle semântico das mensagens, já que elas estão dispostas à constante edição e descontextualização. Diante disso, diz Thompson (1998, p. 126): “Dai que a visibilidade criada pela mídia pode se tornar uma fonte de um novo tipo de fragilidade”. Nesse sentido, o autor aponta que há 4 tipos de fragilidade: 1. a gafe ou acesso explosivo, que denota uma “expressão de incompetência ou falta de controle” (1998, p. 127); 2. o “desempenho de efeito contrário”, que é como uma espécie de avaliação apressada

são invertidos: o que desativa, ativa, e o suposto algoz é, na verdade, a vítima. Dito de outro modo, quem exerce o ódio é a verdadeira vítima dele.

¹⁹ O criminoso se transfigura, alterando totalmente seu cabelo, a feição do rosto, buscando um disfarce. A assistente da detetive finge ter se matado, mantendo a perseguição ao criminoso fora da oficialidade, como uma ação secreta.

das consequências de falas ou ações, na qual a mensagem foi feita para buscar um efeito e acaba produzindo outro (1998, p. 128); 3. o vazamento e, por fim, 4. o escândalo. No caso dos dois últimos, trata-se de alguma informação que se quer ocultar porque pode causar prejuízo à imagem do indivíduo (1998, p. 129).

Em uma argumentação semelhante, mas com outro viés, Byung-Chul Han (2017, p. 13-17), no livro *Sociedade da Transparência*, faz uma análise sobre como as mídias digitais nos impõem hoje certa “ideologia da *post-privacy*”, na qual a noção de transparência, vista como essencial no campo público, toma proporções de uma plena exclusão da esfera privada. Isso se ancora, diz Han (2017, p. 24), no equívoco de que toda e qualquer transparência corresponda à verdade. Em certo sentido, nossa relação com as mídias digitais nos impregna com a ideologia de que quanto mais informação, maior veracidade e capacidade de tomar decisões acertadas. Porém, a realidade dos fatos nos diz o contrário, afirma Han (2017, p. 16-17), na medida em que nem sempre a quantidade de informações conduz à qualidade das ações. Logo, diz ele (2017, p. 25), é preciso reconhecer dois fenômenos típicos das mídias sociais: a hiperinformação e a hipercomunicação. Ambos transformam a transparência em um evento da imediata exposição, na qual o sujeito é para si mesmo uma espécie de “objeto-propaganda” (2017, p. 31). Comunicar-se demais e obter muitas informações pode ter um efeito imobilizante, já que o indivíduo fica cercado de estímulos e discursos incontroláveis.

É nesse contexto que Han (2018, p. 15), em outra obra intitulada *No enxame: perspectivas do digital*, vincula à

ideologia da transparência o fenômeno da indignação²⁰. Para ele (2017, p. 15), nossos comportamentos nas mídias digitais são recheados de afetos, que, quando diante de escândalos provocados pela transparência, consolidam-se como “ondas de indignação” (2018, p. 21). A indignação monopoliza nossa atenção, mas sem nos conduzir à ação. A transparência e a indignação não politizam, pois são diferentes da cólera. Na verdade, elas representam o fim do discurso e a incapacidade do diálogo, posto que são eventos que passam por certo anonimato, característico das mídias sociais. Nesse caso, o anonimato permitido pelas redes se transforma em falta de respeito, pois o respeito está conectado aos nomes. Isso, diz Han (2018, p. 14), leva-nos a reações violentas, desproporcionais, reduzindo nosso campo de ação ao simples ataque vexatório, à *Shitstorm*. Essa palavra de origem inglesa é usada por Han (2018, p. 14) para definir as “tempestades de indignação”, mas é curioso que em nota o autor nos alerta também para o seu sentido literal, que é de “tempestade de merda”, o que é significativo para o campo semântico do tema tratado. Uma “tempestade de merda” é algo incontrolável. De certo modo, a *Shitstorm*, como um fenômeno comum das redes sociais, demonstra-nos como o discurso nas redes é algo praticamente incontrolável (2018, p. 19). É interessante notar, nesse aspecto, como a metáfora do enxame aparece na obra de Han vinculada à essa noção de *Shitstorm*. Han retoma a metáfora para mostrar que a tendência de identificar a ação do indivíduo nas mídias digitais com o homem de massa é equivocada. Em geral, alude-se a uma conexão entre o homem digital (*homo digitalis*) com o homem de massa, tal como conceituado por Le Bon. Esse é o

²⁰ É relevante notar que para Thompson (1998, p. 130), o escândalo tem um caráter de “ultraje moral”, por isso se observa um “deslocamento de

fronteira entre o público e o privado”, de modo que a “revelação de algo secreto” vem ao público como uma “ferramenta da indignação”.

caso, diz Han (2018, p. 28), de McLuhan que funde ao *homo electronicus* ao homem de massa. Porém, diz Han (2018, p. 27), o enxame digital não é uma massa capaz de uma ação coletiva, a partir de um campo ideológico. Ao contrário, o homem digital do enxame é singularizado, não conseguindo alcançar um coletivo, um “nós”. Logo, o enxame digital não é uma massa, sendo incapaz de gerar algo além de barulho:

É primeiramente a massa decidida a uma ação comum que era o poder. *A massa é o poder*. Falta aos enxames digitais essa decisão. Eles não *marcham*. Eles se dissolvem de maneira tão rápida quanto surgiram. Por causa dessa efemeridade, eles não desenvolvem nenhuma energia política. *Shitstorms* igualmente não estão em condições de colocar em questão a *relação de poder* dominante. (HAN, 2018, p. 30).

O meu intuito aqui é mostrar como podemos aproveitar essa leitura de Han, a partir da analogia entre as *Shitstorms* e um enxame, para analisar o episódio que abordamos de *Black Mirror*. É interessante notar como a analogia é extremamente profícua para descrever o caráter distópico das mídias sociais e como elas estão afeitas, politicamente, a produção de um barulho despolitizante. Podemos ressaltar, a partir da distinção que Han (2018, p. 22-23) faz entre ódio e cólera, como as redes sociais não são capazes de ser um instrumento de emancipação como foi defendido pelos utopistas²¹.

O “estado afetivo” produzido pelas redes sociais, continua o autor (2018, p. 23), não tem capacidade de interromper um

processo para gerar outro, de modo a fazer com que um “novo” surja e gere futuro. Logo, as redes sociais não são capazes de nos levar a um futuro, de gerar uma transformação do presente. Pelo contrário, elas nos mantêm presos a ele. Se confrontarmos isso com o caráter utópico, como apontado por Kelly ou por Lévy, de que as redes sociais são resultado de uma inteligência coletiva, que se coordena em prol de um futuro comum ou de um projeto de sociedade; o que observamos, na verdade, é que as redes sociais convertem a liberdade em uma economia da afetividade individual. Essa última se torna um produto dos instrumentos tecnológicos, os algoritmos, com a única finalidade de manter o próprio sistema em funcionamento. E o fato de observarmos ações semelhantes não nos permite conectar essas pessoas para além de uma ação insuflada pelas ferramentas digitais, cujo elo e finalidade são as próprias ferramentas. Como nos alerta Han (2018, p. 63), é nítido ver como as utopias se tornaram distopias, na medida em que, mesmo agindo de modo semelhante, nossas energias não se coordenam, mas estão dispersas por todo o sistema, que nada mais faz do que capturar nossa energia para alimentar a si mesmo. Percebemos esse caráter distópico do presente, no episódio analisado de *Black Mirror*, principalmente no momento em que a detetive Karin Parke afirma: “não esperava descobrir que estou vivendo no futuro, mas aqui estou”. É digno de nota o fato de que na narrativa distópica do episódio, apesar da indeterminação temporal, está marcado que o futuro já é de certo modo o presente.

²¹ Em vista dessa distinção, Han (2018, p. 22) recorre ao uso do termo *menin* (cólera) no primeiro verso da *Ilíada* para expor o caráter heroico da ação descrita no poema, na medida em que ele se distingue da raiva e do ódio por ter como fonte a indignação, que produz afeto (2018, p. 23). O que

deprendemos disso é que o poema homérico é movido pelo poder de ação e de uma ação que pode ser cantada e narrada, enquanto que o ódio indignado, afetivo, é uma “desintegração generalizada” (2018, p. 23).

À guisa de conclusão, gostaríamos de aludir a certa ironia na cena em que a detetive Parke chega para conhecer o Projeto Granular e conversa com Sjoberg. Depois da breve apresentação do diretor, observamos o seguinte diálogo sobre as abelhas drones (IDA):

Sjoberg - As abelhas estavam quase extintas, por isso, o que nossos IDA fazem é assumir o papel delas. São movidas a energia solar, não precisam de néctar e polinizam as flores do mesmo jeito. Elas entram nas flores, o pólen fica preso nas pernas e sai na próxima flor que elas visitarem.

Parke - conseguem fazer mel?

Sjoberg - não

Parke - eu estava brincando!

Sjoberg representa o utopismo, crença na possibilidade da cibernética ou a robótica substituir ou ajustar a realidade. Porém, o que se cria é uma camada de superfície, capaz de esconder e camuflar o que está de fato por trás da tecnologia, tanto que essas ferramentas, camufladas, são capazes até mesmo de adentrar de forma violenta à realidade. Sjoberg somente consegue ver a função não camuflada das abelhas, de um auxílio à crise ambiental. Por outro lado, o que se encontra camuflado é um sistema de espionagem com financiamento governamental, que pode ser utilizado, como vimos, para assassinar milhares de pessoas. Mais do que uma ferramenta ambiental, as abelhas podem ser armas de assassinato em massa. Isso contrasta com a tentativa de Parke de se voltar para o real perdido, para o fato de que abelhas drones não simplesmente substituem abelhas biológicas. Afinal, onde está aquilo pelo que principalmente conhecemos as abelhas, o mel? Parke formula, sutilmente, que o real afastado está na própria

estrutura distópica do futuro, que já é o presente.

Referências

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. traduzido por Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

CHOMSKY, Noam. **Notas sobre o anarquismo**. tradução de Felipe Corrêa, Bruna Mantese, Rodrigo Rosa e Pablo Ortellado. São Paulo: Hedra, 2011.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

KELLY, Kevin. **Out of control: the new biology of machines, social systems and the economic world**. New York: Basic Books, 1994.

LANIER, Jaron. **Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais**. tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2010.

LOVELUCK, Benjamin. **Redes, liberdades e controle: uma genealogia política da internet**. tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2018.

ODIADOS PELA NAÇÃO (Temporada 3, ep. 6). Black Mirror [Seriado]. Direção James Hawes. Produção e roteiro de Charlie Brooker. Londres: Netflix, 2016. Streaming Vídeo (90 min). Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/70264888>. Acesso em 03/11/2020.

RODGERS, Diane M. **Debugging the link between social theory and social insects**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008. Edição Kindle.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.

Recebido em 2020-11-05
Publicado em 2021-11-01